

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA INCLUSÃO: A CONCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR

Maria de Lourdes Carneiro Alves<sup>1</sup>  
Helber Rangel Formiga L. Almeida<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel das representações sociais na inclusão e a concepção de professores sobre estudantes com deficiência na escola regular. Quanto à metodologia proposta neste estudo, pode-se dizer que será bibliográfica, levando em consideração que artigos, revistas, teses e outros estudos que tratam deste tema servirão como fontes de pesquisa e base teórica para este estudo. À luz disto, acredita-se que os Representantes Especiais (SRs) oferecem percepções valiosas que levam a uma reconsideração dos fatores essenciais necessários para o estabelecimento de um sistema escolar democrático e inclusivo, dando ênfase as novas posturas dos professores e habilidades que permitam compreender e intervir na diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem em uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva dos Representantes Especiais e consequentemente, de uma sociedade que redefina a sua abordagem ao envolvimento com a comunidade de Educação Especial, em última análise, promover a Educação Inclusiva. Por fim, a inclusão implica uma mudanças nas políticas educacionais ao sentido inclusivo, tornando o ambiente onde a prática não esteja apenas relacionado a um sistema errôneo ligado a paradigmas que segregam a real intenção do promover educação.

**Palavras-chave:** Inclusão, Escola, Professor, Representações Sociais.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, diversos serviços destinados a pessoas com deficiência foram construídos socialmente e continuam sendo relevantes para diferentes grupos sociais na atualidade. É importante destacar que a percepção da Educação Especial (EE) tem sido historicamente contaminada por representações negativas, resultando na exclusão e marginalização das Pessoas com Deficiência (PCD) desde a antiguidade até a era pré-cristã. Esses indivíduos foram injustamente submetidos ao extermínio, tendo como justificativa a retribuição divina (VASCONCELLOS; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

As crenças e valores associados a certas noções foram gradualmente desaparecendo à medida que o sistema econômico resultante da revolução burguesa se consolidava no século XV. Infelizmente, esta mudança não foi um bom presságio para aqueles indivíduos que foram considerados economicamente improdutivos pela sociedade (DECHICHI, 2001).

---

<sup>1</sup> Pós Graduando do Programa de Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [maria.lourdes.carneiro.alves@aluno.uepb.edu.br](mailto:maria.lourdes.carneiro.alves@aluno.uepb.edu.br) email.com;

Com o passar do tempo, as pessoas com deficiência (PCD) começaram a ganhar reconhecimento na sociedade, embora dentro dos sistemas de bem-estar e segregação. O modelo médico de atendimento persistiu, vendo a deficiência como uma condição que necessitava de tratamento, perspectiva que só surgiu no século XIX com a criação de escolas e classes especiais para crianças. Desde então, surgiram numerosos movimentos globais, defendendo incansavelmente os direitos e o empoderamento desta população marginalizada.

No Brasil, o conceito de inclusão foi implementado para se alinhar aos movimentos globais, levando em consideração as características únicas do país. Como resultado, dois tipos de serviços foram desenvolvidos e integrados ao longo do tempo para atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE): EE e Educação Inclusiva (EI).

Segundo Mazzotta (1996, p. 11), EA refere-se a uma gama abrangente de recursos e serviços educacionais especializados que são projetados para apoiar, melhorar e, em certos casos, substituir serviços educacionais regulares. O objetivo principal é garantir que os alunos com necessidades educativas significativamente diferentes das dos seus pares recebam uma educação formal.

A Educação Inclusiva (EI) abrange práticas educativas que integram indivíduos com necessidades educativas especiais (NEE) em ambientes regulares, independentemente do seu nível de apoio. É um processo transformador que ocorre nas escolas de todos os níveis, dedicado a fornecer ensino de alta qualidade a todos os alunos, independentemente das suas características individuais, capacidades cognitivas, métodos de aprendizagem preferidos ou requisitos específicos. A inclusão escolar representa uma abordagem modificada do sistema educacional convencional, onde todos os alunos são calorosamente abraçados e têm acesso a uma educação de alto nível. A inclusão garante que os indivíduos com deficiência estejam matriculados na mesma instituição de ensino que frequentariam se não tivessem nenhuma deficiência.

Embora tenham sido feitos progressos significativos no domínio dos direitos, a aplicação efetiva destes direitos continua a ser um obstáculo formidável. Isto acontece porque noções profundamente enraizadas, enraizadas nos anais da história humana, continuam a moldar e a impactar a forma como os indivíduos com necessidades educativas especiais (NEE) são tratados e percebidos hoje. Consequentemente, reavaliar a educação especial (EE) na perspectiva da educação inclusiva (IE) necessita mais do que apenas a conquista de direitos; exige uma mudança fundamental nos paradigmas estabelecidos.

A representação social é definida como uma forma de conhecimento articulada e compartilhada na sociedade que tem objetivos práticos e contribui para a construção da

realidade compartilhada de um grupo social. Envolve a verdadeira “teoria” do bom senso, então o que faz é transformar o “desconhecido” em algo “familiar”.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel das representações sociais na inclusão e a concepção de professores sobre estudantes com deficiência na escola regular.

Com base nas informações fornecidas, fica evidente que a EA/IE surgiu como resultado de diversos elementos sociais, que continuam a ser objeto de investigação na pesquisa acadêmica. Somos da opinião que uma compreensão abrangente dos obstáculos encontrados pela EA/IE pode ser alcançada através de um exame das construções sociais enraizadas nos indivíduos como consequência das suas diversas conexões interpessoais desenvolvidas ao longo do tempo.

Assim, este estudo apresenta a seguinte problemática: qual o papel das representações sociais na inclusão e a concepção de professores sobre estudantes com deficiência na escola regular?

## **METODOLOGIA**

Quanto à metodologia proposta neste estudo, pode-se dizer que será bibliográfica, levando em consideração que artigos, revistas, teses e outros estudos que tratam deste tema servirão como fontes de pesquisa e base teórica para este estudo.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo investigar e analisar criticamente documentos publicados relacionados ao tema a ser estudado, com o objetivo de atualizar, desenvolver conhecimento e apoiar a conclusão da pesquisa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação aparece sempre em que há a intenção de ensinar, seja com a finalidade de moldar uma criança para que seja um adolescente com características positivas e conseqüentemente um adulto com os mesmos atributos.

No que diz respeito ao direito à educação no Brasil, é imperativo reconhecer que a Constituição Federal (1988) estabeleceu a educação como um direito social fundamental. Sem a previsão de tal direito, o Estado brasileiro garante que todo cidadão do país tenha acesso à educação.

De tal modo, compreende-se que a educação está intimamente ligada à arte e é reconhecida como direito social fundamental no artigo 6º da Constituição Federal. É visto como um componente essencial para o desenvolvimento do indivíduo. Contudo, podendo-se mencionar alguns deles, como por exemplo: “a saúde, alimentação, trabalho, habitação, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Apesar disso, embora seja verdade que o Estado tem como principal tarefa garantir os direitos sociais, não é o único responsável por este dever. Na verdade, a responsabilidade e a delegação de proteção e cumprimento destes direitos são também partilhadas entre outras entidades.

Referente ao direito a educação, destaca-se o art. 205 da CF de 1988:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No dia 26 de dezembro de 1996, foi aprovada e implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394), definindo assim a estrutura e os sistemas de ensino de nossa nação. Esta legislação serve como base fundamental para estabelecer e regulamentar a educação em nosso país. De tal modo, deve-se ter em mente que uma lei relativa à educação não só molda a nossa compreensão do assunto, mas também especifica onde e por quem será implementada para garantir que seja disponibilizada a todos os que têm direito a ela.

Ainda de acordo com a LDB 9.394. de 1996, como mencionado anteriormente, ela determina os princípios que carecem dirigi-la, e quem deve ter o comprometimento de assegurá-la aos cidadãos brasileiros, como bem explana o art. 2º no qual trata que é obrigação do Estado e da família proporcionar o acesso à educação (BRASIL, 1996).

A Educação Inclusiva pode ser considerada uma inovação recente no campo da educação, mas desde então se tornou um importante catalisador nas escolas modernas. Foi introduzido pela primeira vez como uma política na Califórnia por meio de lei pública em 1975, e suas raízes remontam à adoção de teorias psicossociais européias, que influenciaram fortemente o desenvolvimento dessa ideologia (BIANCHI; LEPRE; CAMPANHARO, 2023).

A diversidade de indivíduos em instituições educacionais é um reflexo da diversidade maior da sociedade. Isso oferece uma oportunidade distinta para atender às necessidades acadêmicas de cada aluno, enfatizando suas habilidades, aptidões e potenciais únicos.

Na história da educação, a ideia de inclusão é um conceito relativamente novo. Seu início pode ser rastreado até 1975, quando a lei pública da Califórnia foi estabelecida, após um período de concordância com as teorias psicossociais européias predominantes nos círculos acadêmicos. A inclusão influencia direta e indiretamente aqueles que atuam no âmbito da educação escolar, seja na busca de objetivos, no desenvolvimento ou nas práticas educativas (FIGUEIRA, 2020).

A integração de um sistema educacional abrangente não é apenas um direito básico, mas também uma reação lógica aos requisitos da sociedade atual. Incentiva uma metodologia de ensino variada e promove o cultivo de proficiências sociais. É imperativo que as salas de aula mostrem a multiplicidade da humanidade, em vez de mascará-la. Embora isso possa levar ao surgimento de novos conflitos e diferenças, também oferece oportunidades para cultivar as aptidões morais necessárias para a convivência democrática. Em última análise, isso culmina em um sistema educacional aprimorado para todos, apesar da resistência de alguns indivíduos em reconhecê-lo (ALMEIDA; FURTADO; YAMAGUCHI, 2020).

No âmbito da educação especial, a educação inclusiva é comumente entendida como um método de garantir que crianças com necessidades especiais sejam educadas no mesmo ambiente social que seus colegas sem deficiência. Embora essa definição seja geralmente precisa, ela não capta totalmente as complexidades da relação da educação inclusiva com a educação "regular". Uma maneira mais abrangente de pensar sobre a educação inclusiva envolve examinar como ela é implementada na prática.

A educação inclusiva é um tipo de educação que une todos os alunos dentro do mesmo ambiente, promovendo um senso de comunidade dentro da escola e em toda a sociedade. É uma forma necessária de educação que se aplica a todos e abrange todos os aspectos da vida social.

A educação inclusiva é fundamentada no conceito de diversidade. Esta metodologia examina as múltiplas facetas da humanidade e como ela é representada em ambientes educacionais. Dada a extensa influência que a diversidade pode ter no ambiente escolar, é crucial que utilizemos seu potencial para melhorar os resultados dos alunos. Lamentavelmente, conforme iremos nos aprofundar, a diversidade às vezes pode resultar em situações de marginalização (ALMEIDA; FURTADO; YAMAGUCHI, 2020).

Hoje, pode-se observar a constante transformação que a informação sofre, pois há pesquisas sendo desenvolvidas a todo o momento e o acesso à informação é mais rápido e possível, uma rede cada vez mais complexa de relações que são geradas pela velocidade de transmitir a informação estão presentes no cotidiano do aluno incluso no modelo obsoleto de educação que pode ser vista hoje. Dentro desse universo acima descrito, a educação inclusiva

se faz presente como um processo que engloba todos os estudantes, professores, funcionários, ou seja, todo e qualquer ser humano que mantenha vínculos com a educação que se concretiza.

É preciso que as escolas busquem subsídios para educarem com êxito e respeito cada indivíduo com ou sem deficiências, independente de suas limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou efetivas. Nesse sentido a sociedade brasileira tem formulado dispositivos legais que deixa claro sua opção política pela formação de uma sociedade igualitária para todos, como encaminhar as políticas públicas e sua prática social (CANTORANI, et al. 2020).

Assim, se a escola estiver apta a recebê-los com todo o aparato necessário e professores preparados, estas pessoas com tal deficiência poderão se desenvolver e contribuir dentro da sociedade de forma mais autônoma, diminuindo as desigualdades e conseqüentemente criando assim uma sociedade mais justa e igualitária.

O âmbito do pensamento dos professores pode ser explorado por meio da Teoria das Representações Sociais (TRS), que serve de base para inúmeros estudos na área da educação. Com o seu forte enquadramento teórico, o TRS oferece uma ampla gama de possibilidades para analisar e interpretar os resultados da investigação.

Apesar da disponibilidade do TRS como ferramenta para mapear as representações dos professores sobre diversos temas relacionados à prática escolar, Menin, Shimizu e Lima (2009) constataram que sua utilização na análise de trabalhos ainda é limitada. Ao examinar 27 teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação em Educação, os autores notaram uma tendência a priorizar a descrição e classificação das representações coletadas por meio de questionários e entrevistas, em vez de realizar uma análise estrutural abrangente. Essa carência de pesquisas que explorem a análise do conteúdo e dos processos cognitivos das representações é evidente na área.

Segundo Jovchelovitch (2000), as representações sociais devem ser vistas como fenômenos sociais, resultantes da interação entre a intersubjetividade e as múltiplas interpretações dos símbolos culturais. É importante notar que esta perspectiva não dispensa o indivíduo, mas procura compreender as suas representações dentro da relação dinâmica entre a realidade individual e social. O autor enfatiza a importância do conceito de “social”, destacando a importância de reconhecer que ao estudar os fenômenos psicossociais e as representações sociais é essencial analisar a dimensão social como um todo.

O TRS nos fornece informações sobre como as representações são formadas em relação a vários fenômenos. Mesmo quando utilizado de forma limitada, continua a ser uma ferramenta poderosa para sugerir como os professores estruturam o seu mundo profissional dentro da realidade complexa da escola. Um dos princípios fundamentais do TRS envolve transformar o

desconhecido em algo familiar através do raciocínio analógico. Este princípio visa resolver conflitos dentro da nossa estrutura conceitual, que abrange sistemas de conhecimento consensual (senso comum) e reificado (científico). O sistema consensual baseia-se nas relações cotidianas e emprega uma lógica de naturalização e adaptação para compreender o conhecimento num nível social e interativo. Por outro lado, o sistema reificado, caracterizado pelo rigor científico, busca explicar e teorizar fenômenos, sejam eles físicos e objetivos ou psicológicos e subjetivos (MENIN; SHIMIZU; LIMA, 2009).

A formação das crenças sociais dos professores sobre a educação inclusiva e a deficiência ocorre no âmbito da interação dinâmica e do conflito entre ideias amplamente aceites e o raciocínio científico. Este conflito ficou evidente na investigação realizada por Muis e Carvalho (2010), que examinou as perspectivas dos professores sobre a integração de alunos com deficiência no ensino regular. Ao entrevistar 107 estudantes de pedagogia que também eram professores e empregando diversos métodos analíticos, o estudo revelou que suas crenças estavam fundamentadas em três fatores-chave: formação, conexão emocional e políticas educacionais. As suas discussões enfatizaram a necessidade de enfrentar os desafios psicossociais.

Os autores chamam a atenção para o fato de que as pessoas formaram expressões que abrangem tanto os aspectos práticos quanto emocionais da educação, incluindo cuidado, educação, dificuldade e exclusão. Embora a sua intenção seja criar um sentimento de pertença através do calor e da bondade, eles inadvertidamente alienam os alunos ao não fornecerem os recursos necessários, materiais de instrução e formação adequada para interagir eficazmente com eles.

O trabalho do professor em sala de aula é influenciado por diversos fatores, um deles é a afetividade, conforme afirmam os autores. Adicionalmente, o estudo realizado por Silveira et al. (2014) identificaram outros elementos relacionados à política educacional que impactam o trabalho do professor, incluindo o tamanho das turmas, a disponibilidade de materiais e recursos didáticos, as condições de trabalho e o reconhecimento público e a valorização da profissão docente. A formação também surgiu como uma questão significativa na análise realizada pelos autores.

A investigação sobre as representações sociais e os relatos dos professores revela a presença de contradições e emoções contraditórias ao longo do seu percurso profissional. Ao explorar este tema, pode-se percebê-lo como um aspecto inevitável da profissão docente, como se estivesse enraizado na sua própria natureza. No entanto, a literatura existente identificou várias abordagens para abordar esta questão, tais como a implementação de grupos

colaborativos, a obtenção de uma compreensão mais profunda do sofrimento emocional e das patologias relacionadas com o trabalho dos professores (Silva, 2011), a oferta de formação abrangente de professores e a promoção de uma comunicação aberta entre professores e administradores educacionais. Estas medidas visam melhorar a formação inicial e contínua de professores, bem como a estrutura interna das escolas, garantindo que estas aderem verdadeiramente aos princípios epistemológicos e legais da educação inclusiva. O objetivo final é criar um ambiente onde o ensino se torne um meio de crescimento e capacitação pessoal, e não uma fonte de sofrimento, promovendo assim o processo de emancipação humana (CARDOSO; BOER; FONTANA, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema predominante na maioria dos discursos dos diversos atores sociais no campo da educação é a continuação da prevalência da exclusão. Isto não se deve apenas ao fracasso na implementação de políticas públicas, mas principalmente à representação de crenças comuns em relação aos indivíduos com deficiência, que têm sido consistentemente perpetuadas e aceitas pela sociedade ao longo da história.

À luz disto, acredita-se que os Representantes Especiais (SRs) oferecem percepções valiosas que levam a uma reconsideração dos fatores essenciais necessários para o estabelecimento de um sistema escolar democrático e, conseqüentemente, de uma sociedade que redefina a sua abordagem ao envolvimento com a comunidade de Educação Especial, em última análise, promover a Educação Inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. A.; NAIFF, L. A. M. Inclusão educacional nas representações sociais de professores e estudantes de Magistério. **Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João Del-Rei**, v. 6, n. 1, p. 29-38, 2011.

BIANCHI, V. A; LEPRE, R. M; CAMPANHARO, A. S. School inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). **Scielo Preprints**, 2023.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.**

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 de Março de 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; HELMANN, Caroline Lievore; SILVA, Sani de Carvalho Rutz. A acessibilidade e a inclusão em uma instituição federal de ensino superior a partir da Lei nº 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1- 26, 2020.

CARDOSO, E. L. S.; BOER, N.; FONTANA, R. T. Formação psicológica do ser-professor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CIECITEC), 3., 2015, Santo Angelo. Anais eletrônicos... Santo Angelo: URI, 2015.

DECHICHI, C. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. 2001. 245 f. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2001.

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2020.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). Textos em representações sociais. 6. ed. **Petrópolis: Vozes**, 2000. p. 63-88.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. MEGID NETO, J. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no Nível Fundamental.** 1999. 114 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 1999.

MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M.; LIMA, C. M. A teoria das representações sociais nos estudos sobre representações de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 549-576, maio/ago. 2009.

MUSIS, C. R.; CARVALHO, S. P. Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan./mar. 2010.

SILVEIRA, K. A. et al. Indicadores de estresse e coping no contexto da educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 127-142, jan./mar. 2014.

VASCONCELLOS, K. M.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. A representação social do aluno com deficiência na educação inclusiva: o olhar das crianças. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 277-287, jul./dez. 2011.